



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Graduação em Biblioteconomia

PERSPECTIVAS DO ACERVO COOPERATIVO EM REDES DE BIBLIOTECAS
PARA O PÚBLICO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Victor Alves Giroto Borges
Orientador: Prof. Dr. Ivette Kafure Muñoz

Brasília
2015

Victor Alves Giroto Borges

PERSPECTIVAS DO ACERVO COOPERATIVO EM REDES DE BIBLIOTECAS
PARA O PÚBLICO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília

Orientador: Prof. Dr. Ivette Kafure Muñoz

Brasília

2015

Ficha catalográfica

B732p

BORGES, Victor Alves Giroto.

Perspectivas do acervo cooperativo em redes de bibliotecas para o público com deficiência visual / Victor Alves Giroto Borges. – Brasília, 2015.

48 f.

Orientação: Prof. Dr. Ivette Kafure Muñoz

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Curso de Biblioteconomia, 2015.

Inclui bibliografia

1. Redes de bibliotecas.
2. Acervo digital.
3. Deficientes visuais.
4. Políticas públicas.
5. Direitos autorais I. Título.

CDU027.6



Título: “Perspectivas do acervo Cooperativo em redes de Biblioteca para o público com Deficiência Visual”.

Aluna: Victor Alves Giroto Borges.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 02 de dezembro de 2015.

Ivette Kafure Muñoz - Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Patrícia Raposo Neves – Membro
Professora Colaboradora da Universidade de Brasília (UnB)
Mestre em Educação

Tânia Milca de Carvalho Malheiros – Membro
Bibliotecária da Universidade de Brasília (UnB)
Mestre em Ciência da Informação

DEDICATÓRIA

*A Deus, aos meus pais, ao meu irmão Hugo, e
a minha esposa Tatiane.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as minhas vitórias e conquistas, e por me guiar durante toda a minha trajetória.

Aos meus pais, e principalmente a minha mãe Dilma, pelos conselhos e pelos auxílios nos momentos em que precisei.

Ao meu irmão Hugo, pelo incentivo do ingresso à universidade ao curso de Biblioteconomia.

A minha esposa Tatiane, pelo amor, carinho e principalmente pelo apoio durante toda a minha trajetória.

À profa. Dra. Ivette Kafure Muñoz, minha orientadora, por aceitar me guiar durante a trajetória e pesquisa deste trabalho, tornando tudo isto possível.

À Profa. Patrícia Neves Raposo, pela disponibilidade e pelas dicas de pesquisa, mesmo que durante uma curta oportunidade de contato.

Ao meu primo Leandro, pela disponibilidade de tempo e dicas para a produção desta pesquisa.

Aos meus amigos que de alguma forma me apoiaram durante minha graduação.

“O conhecimento e a informação são os recursos estratégicos para o desenvolvimento de qualquer país. Os portadores desses recursos são as pessoas.”

Peter Drucker

RESUMO

Com o advento da *internet* e os recursos nela contidos, a informação é algo que nos bombardeia 24 horas por dia, sendo disseminada instantaneamente no momento em que acontecem, em nossos computadores, *smartphones* e *tablets*. As bibliotecas, cuja a principal missão é receber, tratar e difundir informação, são diretamente beneficiadas desta rapidez propiciada pela rede, e com isso conseguem ampliar sua capacidade de serviços oferecidos aos usuários por meio do atividades cooperativas, sejam eles na disponibilização de acervos, processos técnicos ou empréstimos, o que leva a pensar também em estratégias de acervos cooperativos para as pessoas com deficiência visual, que historicamente, já tem muitos obstáculos para acesso a informação no suporte adequado, devido principalmente a disponibilidade muito inferior de títulos em formatos acessíveis. Conhecidos esses fatos, esta pesquisa foi realizada utilizando-se como técnica de pesquisa, a qualitativa, que obteve recursos principalmente em fontes bibliográficas e documentais, voltadas as tecnologias hoje utilizadas para adaptação de leitura digital, os serviços de compartilhamento e cooperativos disponíveis em algumas bibliotecas universitárias e institucionais, e também quais são os direitos garantidos as pessoas com deficiência visual em relação a educação e referente aos direitos autorais. Após a análise do que foi identificado, os objetivos traçados nesta pesquisa foram satisfatórios o suficiente para o alcance dos resultados.

Palavras-chave: Acervos digitais. Acesso à informação. Deficiência Visual. Direitos autorais. Redes de bibliotecas.

ABSTRACT

With the advent of the Internet and the resources it contains, information is something that bombards us 24 hours a day, being spread instantly when they happen in our computers, smartphones and tablets. Libraries, whose main mission is to receive, process and disseminate information, are directly benefited this speed allowed by the network, and it can expand its capacity of services offered to users through the cooperative activities, whether in access to libraries, processes technical or loans, which leads to also consider cooperative collections strategies for people with visual impairments, which historically already have many obstacles to access to information in the appropriate support, mainly due to much lower availability of titles in accessible formats. Known these facts, this research was conducted using as research technique, qualitative, which was funded mainly bibliographical and documentary sources, targeted technologies used today for adaptation of digital reading, sharing services and cooperative available in some libraries academic and institutional, and also that people with visual impairment in relation to education and related to copyright are the rights guaranteed. After the analysis of what has been identified, the goals set in this research were satisfactory enough to achieve results.

Keywords: Digital Archives. Access to information. Visual impairment. Copyright. Networks of libraries.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Distribuição percentual da população por nível de instrução.....	18
Tabela 1 - Levantamento de títulos e exemplares produzidos no Brasil.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDS	Biblioteca Digital e Sonora
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação do Desenvolvimento de Pessoal de Nível Superior
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e Ciência da Informação
CCN	Catálogo Coletivo Nacional
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
CRUESP	Catálogo cooperativo entre a USP, Unicamp e a Unesp
CVA-RICESU	Comunidade Virtual de Aprendizagem da Rede das Instituições Católicas de Ensino Superior
EMI	Exposição de Motivos Interministerial
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica
IES	Instituições de Ensino Superior
ISO	Organização Internacional de Normalização
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MinC	Ministério da Cultura
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NDLTD	<i>Networked Digital Library of Theses and Dissertations</i>
OLIS	<i>Oxford Libraries Information System</i>
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OMS	Organização Mundial de Saúde
PD	Pessoas com Deficiência
PDV	Pessoas com Deficiência Visual
PPNE	Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais
RCI	Redes de Compatibilização da Informação
REBUIN	Rede de Bibliotecas Universitárias
RID	Redes de Informação Digital
RIE	Redes de Informação Especializada
RPI	Redes de Processamento da Informação

RSI	Redes de Serviços de Informação
RVBI	Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional
Scielo	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEMESP	Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior
SICON	Sistema de Informação do Congresso Nacional
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	OBJETIVO GERAL	16
2.1.1	Identificar estratégias que podem ser utilizadas para disponibilização de acervo para pessoas com deficiência visual nas bibliotecas	16
2.2	OBJETIVOS DA ESPECÍFICOS	16
2.2.1	Verificar as políticas públicas na área de educação e acesso a informação para pessoas com deficiência visual	16
2.2.2	Estudar os direitos de acesso a informação e a educação para as pessoas com deficiência visual	16
2.2.3	Descrever os serviços cooperativos das redes de bibliotecas	16
3	REVISÃO DE LITERATURA	17
3.1	Políticas Públicas para a educação e informação direcionada às Pessoas com Deficiência	17
3.2	Do direito à educação	20
3.3	Direitos autorais – Lei nº 9.610/98 e o Tratado de Marraqueche	23
3.4	Rede de Bibliotecas	27
3.4.1	Vantagens da cooperação	31
3.4.2	Comutação Bibliográfica (COMUT)	32
3.4.3	Os catálogos automatizados	35
3.4.4	Tecnologia da informação em bibliotecas deve ser visto como investimento ou despesa?	37
3.4.5	O alcance dos catálogos informatizados nas bibliotecas	38
4	METODOLOGIA	41
5	ANÁLISE DOS DADOS	43
6	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento e a informação são as ferramentas que motivam o desenvolvimento do homem desde os seus primórdios. O que seria da humanidade se não registrasse e transmitisse o seu conhecimento para as gerações futuras?

Da mesma forma que todas as pessoas têm necessidade básicas como se alimentar e saciar sua sede, nós temos também o desejo pelo conhecimento. Logo, ter acesso a informação é algo que nos abre horizontes inimagináveis, pois nos garante progresso e evolução tanto no aspecto intelectual quanto no aspecto social.

Este direito de acesso ao conhecimento que nos é garantido desde o nascimento não é um benefício obtido facilmente por todas as pessoas, principalmente se os registros de conhecimento não estiverem ao nosso alcance por algum impedimento ou restrição física e/ou sensorial.

Por razões como essas, hoje muitos indivíduos que possuem algum tipo de deficiência acabam sendo marginalizados e excluídos da sociedade, por não terem a oportunidade nem os meios adequados para ampliarem seus conhecimentos. E esta é uma realidade hoje vivida pelas pessoas com deficiência visual, que possuem uma enorme carência de acesso a livros e documentos adequados as suas necessidades especiais para a leitura, os tornando impotentes diante desta situação.

A necessidade de aumentar a quantidade de obras e títulos disponíveis em formato acessível para as pessoas com deficiência visual é de extrema urgência, principalmente em um momento em que a tecnologia proporciona inúmeros recursos para a facilitação deste processo.

Para que este objetivo seja alcançado, as bibliotecas têm um papel fundamental, pois nelas estão contidos registros de anos e anos de conhecimento, e quando este conhecimento se torna acessível através do auxílio das tecnologias e principalmente com o auxílio da internet, a única barreira que irá impedir o progresso é a ação do homem.

Para que fosse possível encontrar alternativas para minimizar a dificuldade das pessoas com deficiência visual de ter acesso a informação dos livros, esta pesquisa visou levantar pontos como a legislação, as políticas públicas, os direitos autorais e principalmente, entender o funcionamento do organismo das redes de bibliotecas para propor algumas soluções dentro das possibilidades e dos recursos atualmente disponíveis.

2 OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OBJETIVO GERAL

2.1.1 Identificar estratégias que podem ser utilizadas para disponibilização de acervo para pessoas com deficiência visual nas bibliotecas.

2.2 OBJETIVOS DA ESPECÍFICOS

2.2.1 Verificar as políticas públicas na área de educação e acesso a informação para pessoas com deficiência visual.

2.2.2 Estudar os direitos de acesso a informação e a educação para as pessoas com deficiência visual.

2.2.3 Descrever os serviços cooperativos das redes de bibliotecas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo tem como objetivo apresentar um referencial teórico para fundamentar este estudo dentro do campo da Ciência da Informação. Dessa forma, apresenta pesquisas bibliográficas relacionadas com o tema de acervo cooperativo entre bibliotecas universitárias, com ênfase na pessoa com deficiência visual. Foram realizadas pesquisas no período compreendido entre setembro de 2015 a novembro de 2015, nas seguintes fontes: Biblioteca da Universidade de Brasília, Biblioteca Braille Dorina Nowill, na Internet foram feitas buscas no site do Google, Biblioteca Digital da Universidade de Brasília de Monografias de Graduação e Especialização, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), coordenada pelo IBICT, Website da Fundação Dorina Nowill e do Instituto Benjamin Constant que vinculam informações referentes à pessoa com deficiência visual e Websites vinculados às informações de legislação, como Senado Federal e Câmara Legislativa. Os referenciais teóricos abordados sobre o tema estudado, foram adotados com base nas pesquisas de Silva (2010), Malheiros (2009) e Dias (2008).

3.1 Políticas Públicas para a educação e informação direcionada às Pessoas com Deficiência.

De acordo com o CENSO (2010), o nível de instrução na população com deficiência era de cerca de 14,2% que possuíam o ensino fundamental completo, 17,7% com o ensino médio completo e 6,7% possuíam o ensino superior completo. A proporção denominada “não determinada” foi igual a 0,4%. Em 2010 havia, ainda, grande parte da população sem instrução e fundamental completo, um total de 61,1% das Pessoas com Deficiência (PD) conforme ilustrada no gráfico a seguir, de acordo com a Cartilha do Censo de 2010:

**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE
15 ANOS OU MAIS DE IDADE POR PELO MENOS UMA
DEFICIÊNCIA INVESTIGADA E NÍVEL DE INSTRUÇÃO (%)**

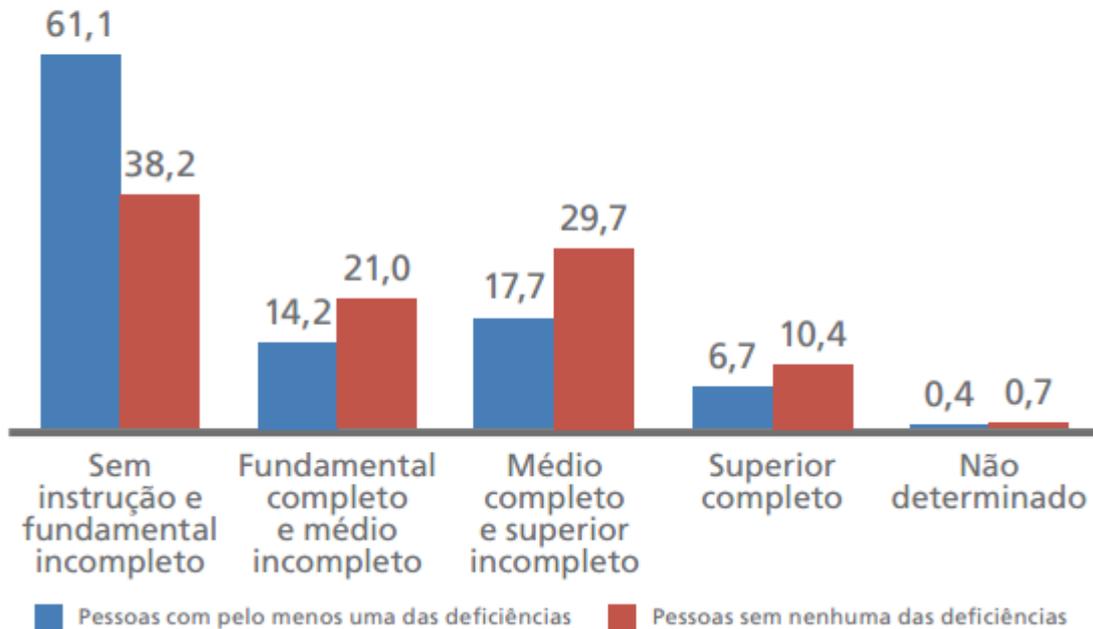


Gráfico 1: Distribuição percentual da população por nível de instrução.

Fonte: Oliveira (2010).

Tendo resultados como estes, torna-se preocupante o acesso das PD à educação, e para que esta necessidade seja atendida, as políticas públicas devem ser mais eficazes, fazendo com que seus direitos possam ser assegurados conforme descrito por Cáritas (2003, *apud*. TEIXEIRA, 2010, p. 46) a seguir:

Política pública é um conjunto de ações permanentes que asseguram e ampliam direitos civis, econômicos, sociais e coletivos de todos, que devem ser amparados em lei, de responsabilidade do Estado (financiamento e gestão) e com controle e participação da sociedade civil.

Ou seja, direitos e deveres para todos, criando inclusive em paralelo soluções que atendam igualmente a todas as PD, seja ela visual, física, auditiva, intelectual ou mental.

De acordo com França e Pagliuca (2009, p. 179), “no Brasil os primeiros discursos em relação aos direitos das PD ocorreram na década de 1960; sendo reivindicado o direito à convivência social. ”

A mobilização dos vários segmentos da sociedade, em prol das demandas das pessoas com deficiência, possibilitou um avanço no processo de politização dos sujeitos sociais, contribuindo para que o Estado assumisse a responsabilidade em desenvolver políticas públicas destinadas a atender as demandas desse grupo social (FRANÇA; PAGLIUCA; BAPTISTA, 2008, p. 27 apud SANTOS *et al.*, 2012, p. 113).

Com isso “o acesso à educação traz como medida a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas com deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino” (BRASIL, 1999, p. 15 apud SANTOS *et al.*, 2012).

E ainda na Conferência Nacional sobre Avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2012, p. 52), foi proposta a criação de uma ferramenta para disponibilizar e elaborar livros, jornais e revistas em formato ampliado, digital, áudio-livro, em braile, e demais obras artístico-culturais, bem como produtos e serviços de audiovisual, adotando os recursos de mídia com tecnologia assistiva (janela de Libras e legenda e audiodescrição).

Uma grande iniciativa dentro das políticas públicas é a promovida pela Universidade de Brasília com a Biblioteca Digital e Sonora (BDS), que foi desenvolvida em 2008, pelo Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da UnB (PPNE) e pela Biblioteca Central. A Biblioteca Digital e Sonora visa atender às demandas de informação aos deficientes visuais de toda a comunidade disponibilizando, gratuitamente, textos adaptados em formato digital (HTML, PDF e WORD) e sonoro (MP3) por meio do acesso on-line. O acervo da BDS é composto de livros, capítulos de livros e artigos adaptados digitais e livros sonoros. Abrange diversas áreas do conhecimento, especialmente material pedagógico e literário. A BDS é de uso restrito às pessoas com deficiência visual, portanto somente pessoas com esse perfil podem ter acesso ao conteúdo do site.

Outra ação implementada:

[...]foi desenvolvido o projeto para o livro acessível com tecnologia nacional, com base no protocolo Daisy (*digital accessible information system*), em parceria com centros de pesquisa do país – o MecDaisy. É uma solução tecnológica que permite a produção de livros em formato digital acessível, e possibilita a geração de livros digitais falados e sua reprodução em áudio, gravado ou sintetizado. Esse padrão apresenta facilidade de navegação pelo texto, permitindo a reprodução sincronizada de trechos selecionados, o recuo

e o avanço de parágrafos e a busca de seções ou capítulos. Possibilita também, anexar anotações aos arquivos do livro, exportar o texto para impressão em Braille, bem como a leitura em caractere ampliado. Todo texto é indexado, facilitando, assim, a manipulação através de índices ou buscas rápidas (BRASIL, 2012, p. 52).

Mesmo com estas iniciativas, percebe-se uma enorme dificuldade em prosseguir com as ações e as políticas direcionada às PD, pois elas não recebem a atenção igualitária e paralela no ato de planejamento das ações direcionadas à população que não depende de algum apoio especial.

As leis que garantem estes interesses não são cumpridas, e isto se torna muito evidente, conforme descreve (SANTOS *et al.*, 2012, p. 117).

Para concluir a reflexão sobre políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência, podemos destacar a falta de interesse da maioria dos políticos e governantes em levar a diante a execução das medidas 'prometidas' para a inclusão definitiva desse grupo de pessoas dentro da sociedade como deveria ser, distinta de preconceitos, estigmas, medo ou exclusão.

Fazendo-se cada vez mais necessário, o cumprimento das leis e decretos que visam defender os direitos desta população que ainda experimenta exclusão.

3.2 Do direito à educação

O capítulo IV da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015) garante as pessoas com deficiência o pleno direito à educação conforme pode ser verificado nos seguintes artigos:

- O artigo 27, versa que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

- O inciso I, artigo 28, garante o “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida”;

- O inciso II, art. 28, trata do:

Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

- O inciso III, art. 28, incumbe ao poder público criar um:

Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

- O inciso V, art. 28, menciona a “adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino”;

- O inciso VI, art. 28, visa as “pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva”;

- O art. 28, VII tem como objeto o:

Planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

- O art. 28, XIII promove o “acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas”;

- O art. 28, XIV tem como objetivo implementar a “inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento”;

- O art. 30, I determina o “atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços”;

Apesar de diversos aspectos sobre a pessoa com deficiência serem garantidas por lei, muitas delas não são cumpridas até o atual momento, conforme descreve o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2008, p. 47), é que apesar do:

[...]novo marco legal, precursor de conquistas e inovador de responsabilidades, fica com sua aplicação restrita porque existe um enorme vazio formado em torno do problema, resultado da grande discriminação em relação à questão da pessoa com deficiência em nosso país. Cabe a cada um de nós construir cidadania, dar significado e concretude a esse instrumento legal. E nesse sentido é necessário desenvolver, pelos mais diferentes meios, a participação social nessa luta.

E para a mudança desse quadro, é necessário um empenho conjunto da sociedade junto ao governo, e principalmente das universidades e dos meios de comunicação, conforme descreve o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2008, p. 49) onde:

[...]os centros de produção de conhecimento, em especial a universidade como produtora e disseminadora de saber, podem ser a base para a construção dessa aliança. Mas são os meios de comunicação, divulgadores de conhecimento e formadores de opinião, que definirão a mudança de atitude social. Só com um novo pacto, com o engajamento dos formadores de opinião, poderemos construir uma nova consciência sobre a deficiência.

Ao utilizar ferramentas como a *Internet* e o poder das redes sociais, que hoje, não são mediadas apenas por computadores, mas também por *smartphones* e *tablets*, se torna possível enviar com facilidade, rapidez e eficiência a informação desejada para uma vasta fatia da sociedade, podendo assim, criar campanhas destinadas ao incentivo e apoio de mais respeito e a defesa de dos seus direitos. “É necessário trabalhar desenvolvendo estratégias que visem inserir a pessoa com deficiência como parte da discussão e do encaminhamento das principais questões sociais brasileiras” (INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2008, p. 50). Por este motivo, torna-se necessário “produzir modelos inovadores de ação conjunta da sociedade organizada e do Estado, com o sentido de tirar da marginalidade a questão e com o objetivo final de trabalhar pela inclusão social da

pessoa com deficiência e por sua cidadania” (INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2008, p. 50).

3.3 Direitos autorais – Lei nº 9.610/98 e o Tratado de Marraqueche

A lei nº 9.610 (BRASIL, 1998) consolida a legislação sobre direitos autorais, e na alínea “d”, inciso I, artigo 46, cita que a reprodução “de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de pessoas com deficiências visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários”, não constitui ofensa aos direitos autorais. No entanto, mesmo com esta garantia, a produção de obras em sistema Braille ou livro falado, ainda é inferior a quantidade de obras disponibilizadas para as pessoas sem necessidades especiais.

Segundo dados da SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros), em 2010 foram produzidos cerca de 54.000 títulos, enquanto a maior editora de livros em Braille do país, a Fundação Dorina Nowill, produziu apenas 342 títulos distribuídos em formato *Braille* e áudio livro, ou seja, percebe-se que a realização deste tipo de trabalho ainda não tem a devida atenção das editoras, que por sua vez, ao efetuar a mesma produção em formato acessível, produziria um volume bem considerável de obras para as PDV (Pessoas com Deficiência Visual).

Um dos motivos pela qual a produção se torna mais onerosa é o fato de o custo de produção do livro em Braille ser alto, custando cerca de dois dólares por página, demorando em média três meses para a adaptação e transcrição em *Braille* ficar pronta. Como não é possível alterar o tamanho dos caracteres, como acontece com fontes tipográficas tradicionais, os livros também acabam ficando grandes. A equivalência é de uma página em tinta para quatro páginas de um livro em Braille. Assim, um pequeno dicionário da língua portuguesa, por exemplo, acaba transformado em trinta e cinco grandes volumes.

Para tentar balancear esta equação, foi assinado o "Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso", é um tratado internacional

assinado em Marraqueche, Marrocos, em 28 de junho de 2013, cujo principal objetivo, e quebrar várias barreiras hoje existentes, e assim melhorar o acesso as obras produzidas não somente no país, mas em contexto mundial.

Segundo a EMI (Exposição de Motivos Interministerial) nº 00004/2014 (BRASIL, 2015):

O Tratado de Marraqueche foi resultado de grande esforço diplomático do País no âmbito do Comitê Permanente de Direitos Autorais (SCCR, sigla em inglês) da OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual). Originou-se de proposta apresentada por Brasil, Equador e Paraguai, em maio de 2009, que visava a atender demanda concreta e histórica das pessoas com deficiência visual por acesso a obras literárias em formatos acessíveis. Durante todo o processo negociador, o Brasil atuou em estreita coordenação com Delegações de países em desenvolvimento e desenvolvidos visando à adoção de um acordo efetivo, que promovesse, na prática, o aumento da produção e da distribuição de formatos acessíveis para os beneficiários do tratado. Destaque-se que as tratativas contaram não só com o engajamento dos Membros da OMPI, mas também de numerosos representantes da sociedade civil organizada na defesa de causas de interesse público.

Conforme citado no Tratado de Marraquexe (WIKIPÉDIA, 2015):

A proposta do texto do Tratado foi de autoria do Brasil, Paraguai, Equador, Argentina e México, tendo como objetivo facilitar, por meio de exceções de direitos autorais, a elaboração de versões acessíveis a pessoas com dificuldades visuais de livros originalmente protegidos por leis de propriedade intelectual (*copyright*). Os países que optarem por ratificar o Tratado de Marraqueche, irão internalizar exceções dos direitos de propriedade no que diz respeito a esse tipo de material impresso, bem como deverão facilitar a importação de produtos elaborados com esse fim.

Naquele ocasião, cinquenta e um países assinaram o Tratado já na própria conferência diplomática, e até o presente momento setenta e nove países já o aderiram, sendo que desses, porém, somente nove países já ratificaram o Tratado, e por este motivo, só entrará em vigor após a ratificação de pelo menos vinte países.

O Tratado de Marraqueche está sendo considerado um marco significativo e positivo de mudanças de paradigmas tanto em relação à regulamentação internacional do sistema de *copyrights* e de direitos de propriedade intelectual quanto em relação à preocupação com a acessibilidade e com os direitos de pessoas com deficiência.

De acordo com a EMI (Exposição de Motivos Interministerial) nº 00004/2014 (BRASIL, 2015), documento este apresentado em conjunto entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e o Ministério da Cultura (MinC), no Projeto de Decreto Legislativo nº 347 (BRASIL, 2015. p. 225) demonstra que:

O presente Tratado visa a reparar a escassez de publicação de obras em formatos acessíveis a pessoas com deficiência visual, problema que lhes impede o acesso à leitura, à educação, ao desenvolvimento pessoal e ao trabalho em igualdade de oportunidades. Atualmente, menos de 5% das obras publicadas estão disponíveis em formato acessível para o uso daquelas pessoas. Nos países em desenvolvimento – onde, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), residem mais de 90% das 314 milhões de pessoas com deficiência visual –, este percentual não passa de 1%. Em razão dos índices alarmantes, a escassez de obras em formato acessível ficou conhecida como a "fome de livros"¹.

Para cumprir esses objetivos, o Tratado, conforme descreve o Projeto de Decreto Legislativo nº 347 (BRASIL, 2015. p. 225):

[...]estabelece duas exceções aos direitos autorais que permitirão a livre produção e distribuição de obras em formato acessível no território das Partes Contratantes e o intercâmbio transfronteiriço desimpedido destes formatos. Este último dispositivo contribuirá para expandir, de forma significativa, sobretudo nos países em desenvolvimento, o acesso das pessoas com deficiência visual ao conhecimento, na medida em que permitirá o compartilhamento de formatos acessíveis produzidos em uma Parte Contratante com beneficiários residentes de quaisquer outras Partes.

O preâmbulo do Tratado de Marraqueche pela Conferência Diplomática sobre a conclusão de um tratado que facilite às pessoas com deficiência visual e às pessoas com dificuldade para aceder ao texto impresso, o acesso às obras publicadas menciona as seguintes resoluções (CONFERÊNCIA DIPLOMÁTICA DE MARRAQUECHE, 2013):

Recorda os princípios da não discriminação, de igualdade de oportunidades, de acessibilidade e de participação e inclusão plena e efetiva na sociedade, proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;

Conscientiza que dos desafios prejudiciais para o desenvolvimento integral das pessoas com incapacidade visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso, que limitam a sua liberdade de expressão, incluindo a liberdade para pesquisar, receber e transmitir informação e ideias de toda a índole em igualdade de circunstâncias para com os outros, mediante toda a

¹ Nomenclatura dada a escassez de títulos e obras voltadas as pessoas com deficiência visual.

forma de comunicação de sua eleição, assim como à fruição do direito à educação, e à oportunidade de efetuar investigação;

Realça a importância da proteção do direito de autor como incentivo e recompensa para as criações literárias e artísticas e a de incrementar as oportunidades de todas as pessoas, incluindo as pessoas com incapacidade visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso, de participar na vida cultural da comunidade, desfrutar das artes e compartilhar o progresso científico e seus benefícios;

Conscientiza das barreiras que, para aceder às obras publicadas visando alcançar igualdade de oportunidades na sociedade, devem enfrentar as pessoas com incapacidade visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso, e da necessidade de ampliar o número de obras em formato acessível e de melhorar a sua distribuição;

Tendo em conta que a maioria das pessoas com incapacidade visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso vive em países em desenvolvimento e em países menos avançados;

Reconhecendo que, apesar das diferenças existentes nas legislações nacionais de direito de autor, pode fortalecer-se o impacto positivo das novas tecnologias de informação e comunicação na vida das pessoas com incapacidade visual ou outras dificuldades para aceder ao texto impresso através da melhoria do quadro jurídico à escala internacional;

Reconhecendo que, muitos Estados Membros estabeleceram limitações e exceções na sua legislação nacional de direito de autor destinadas às pessoas com incapacidade visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso, mas que ainda assim continua escasso o número de cópias disponíveis em formatos acessíveis para estas pessoas; e que a falta de possibilidades de intercâmbio transfronteiriço de exemplares em formato acessível exige a duplicação desses esforços;

Reconhecendo quer a importância que reveste a função dos titulares de direitos para tornar acessíveis as suas obras às pessoas com incapacidade visual ou com outras dificuldades de aceder ao texto impresso, quer a importância de contar com as limitações e exceções apropriadas para que essas pessoas possam aceder às obras, particularmente quando o mercado é incapaz de proporcionar esse acesso;

Reconhecendo a necessidade de manter um equilíbrio entre a proteção eficaz dos direitos dos autores e o interesse público em geral, particularmente no que respeita à educação, à investigação e ao acesso à informação, e que tal equilíbrio deve facilitar o acesso efetivo e atempado às obras por parte das pessoas com incapacidade visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso;

Reafirmando as obrigações contraídas pelas Partes Contratantes em virtude dos tratados internacionais vigentes em matéria de proteção do direito de autor, assim como a importância e a flexibilidade da regra dos três passos relativa às limitações e exceções, estipulada no artigo 9 da Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, onde se diz que “Às legislações dos países da União reserva-se a faculdade de permitir a reprodução das referidas obras em certos casos especiais, contanto que tal reprodução não afete a exploração normal da obra nem cause prejuízo injustificado aos interesses legítimos do autor” e em outros instrumentos internacionais;

Recordando a importância das recomendações da Agenda de Desenvolvimento, adotadas em 2007 pela Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), cujo propósito é assegurar que as considerações relativas ao desenvolvimento formem parte integrante do trabalho da Organização;

Reconhecendo a importância do sistema internacional do direito de autor, e desejando harmonizar as limitações e exceções tendo em vista facilitar o acesso e o uso das obras pelas pessoas com incapacidade visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso.

E ainda no artigo 9 (CONFERÊNCIA DIPLOMÁTICA DE MARRAQUECHE, 2013), cita que:

As Partes Contratantes farão todo o possível para facilitar o intercâmbio transfronteiriço de cópias em formato acessível, encorajando o intercâmbio voluntário de informação para facilitar a identificação das entidades autorizadas. O Escritório Internacional da OMPI criará, para tal efeito, um ponto de acesso à informação.

Ao se analisar as propostas do tratado, observa-se que o seu objetivo visa conquistar um avanço sem precedentes para as PDV. O intercâmbio de informações disponíveis neste tipo de suporte irá contribuir substancialmente para o crescimento intelectual destas pessoas, que por motivo de pouca disponibilidade de investimentos e acesso a obras destinadas a este fim, acabam se privando de conhecimento e capacitação pessoal.

3.4 Rede de Bibliotecas

Para entender o conceito de uma rede, faz-se necessário o entendimento de alguns conceitos.

Santos e Ribeiro (2003, p. 205, *apud* SANTOS; AMARAL, 2006), definem rede no sentido tecnológico, como:

Diversos pontos de comunicação conectados a um único sistema através de terminais remotos ou outros equipamentos, [ou ainda], grupo de computadores conectados através de placas e cabos, que podem comunicar-se entre si e compartilhar determinados arquivos e periféricos.

Ou seja, de acordo com o conceito acima, consiste em um “termo genérico para designar computadores ligados em rede situados em uma ampla área geográfica, o

que requer um software específico” (SANTOS; RIBEIRO, 2003, p. 206) *apud* SANTOS; AMARAL, 2006).

Em redes de bibliotecas o sentido de “rede” enfatiza no “tipo especial de colaboração bibliotecária para o desenvolvimento centralizado de serviços e programas cooperativos, incluindo a utilização de computadores e telecomunicações” (SANTOS; RIBEIRO, 2003, p. 206 *apud* SANTOS; AMARAL, 2006, p. 62).

De acordo com (SANTOS; AMARAL, 2006, p. 62):

[...]a rede é uma forma de comunicação expressiva em compartilhar recursos e serviços, poupando qualquer indivíduo em duplicar algo, com a vantagem de melhorar e avançar naquilo que queremos socializar e não temos como implementar e disseminar no momento.

A Organização Internacional de Normalização (ISO) define a rede de bibliotecas como um plano em que as unidades de bibliotecas trabalhando em conjunto, partilhando serviços e recursos de forma que resultam em melhores serviços aos usuários de bibliotecas, ou ainda segundo define o Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior, SEMESP (2012) são:

Interligações de bibliotecas independentes que usam ou constroem uma base de dados comum, vendem e/ou oferecem serviços e produtos, ou têm membros em muitos lugares ou regiões, e desejam formar programas cooperativos com outras redes. Bibliotecas que se unem para uma determinada finalidade ou para a execução de um determinado serviço.

De acordo com um estudo chamado Redes de Biblioteca publicado por Valera Orol, Garcia Melero e Gonzalez Guitian (1988, tradução nossa) “o desenvolvimento deste tipo de rede surgiu em resposta a organismos, avanços tecnológicos e do grande volume de documentação, juntamente com o aumento do custo de publicação. “ Deste ponto de vista, tornou-se necessário o desenvolvimento de projetos de cooperação entre bibliotecas, definindo essas redes. Esses autores distinguem três componentes para estruturar uma rede de bibliotecas: elementos institucionais, técnicos e governança e gestão. Além de classificar as várias redes dizem que deve levar em conta vários fatores, tais como as funções desempenhadas, a arquitetura de rede, a área geográfica, tipo de bibliotecas e especialização da rede.

De acordo com Rede de Bibliotecas (UNIVERSIA ESPAÑA, 2015, tradução nossa),

uma rede de bibliotecas tem como objetivos: o acesso rápido e eficiente à informação bibliográfica e de referência; assessoria técnica em todos processos de biblioteca; cooperação nos processos técnicos oferecendo um serviço de catalogação centralizada que também tem acesso a fontes externas de informação, fornecimento de equipamento e lote bibliográfica e incentivar o desenvolvimento de boa coleção bem a ajuda econômica por meio de prestação direta fundos e um serviço de aconselhamento através do desenvolvimento de uma seleção bibliográfica periódica; cooperação técnica na automação de bibliotecas, atividades de extensão de biblioteca, atividades que promovem a leitura; a cooperação na formação e reciclagem do seu pessoal por organização de cursos e seminários para manter-se atualizado conhecimento dos bibliotecários em um momento em que a mudança tecnológica é constante.

E ainda em Rede de Bibliotecas (UNIVERSIA ESPAÑA, 2015, tradução nossa) descreve que:

Em qualquer caso, as redes de bibliotecas permitem aos usuários navegar catálogos coletivos de agrupamento de várias instituições e ver as suas chances de encontrar informações aumentam significativamente. Os objetivos gerais destas redes são a cooperação, a integração e a promoção de empréstimo interbibliotecas.

Valera Orol, Garcia Melero e Gonzalez Guitian (1988) “apresentam uma classificação para as redes de bibliotecas, de acordo com a arquitetura em que são estabelecidas”. Esta divisão é bem semelhante a atribuídas às redes de computadores, e são divididas da seguinte forma:

“Redes em estrelas ou centralizadas – um membro da rede detém a maior parte dos recursos e os controla. Os demais integrantes utilizam-se desse serviço ou produto”;

“Redes descentralizadas ou distribuídas – os membros possuem recursos similares, embora distintos, e cada membro da rede recorre ao recurso que o outro detém, quando necessário”;

“Redes centralizadas distribuídas – alguns integrantes controlam a comunicação, atuando como nós distribuidores de informação e recursos”;

“Redes em anel – distingue-se da rede descentralizada ou distribuída apenas por haver uma ordem pré-fixada de comunicação entre os nós que constituem a rede”;

“Redes hierárquicas – os que possuem mais recursos costumam ter maior poder de decisão. No entanto, as esferas de nível hierárquico superior só são acionadas quando a demanda não consegue ser saciada nos níveis inferiores”.

Cendón (2005, p. 80-83 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 36) afirma que os tipos mais comuns de redes na área informacional são:

Redes de serviços e de apoio institucional – visam o compartilhamento de dados, o desenvolvimento de padrões comuns e a comutação bibliográfica entre as unidades. Para a autora, essas redes abrigam dois subtipos: as redes de catalogação cooperativa e as redes de comutação bibliográfica e envio de documentos;

Redes de serviços de busca e recuperação da informação – buscam, principalmente, a identificação e o compartilhamento de recursos informacionais. Também se dividem em sub níveis: redes cooperativas nacionais e internacionais e serviços de busca e recuperação de informação dos distribuidores de bases de dados.

Tomaél (2005b, *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 36) apresentou uma categorização que resultou em cinco tipos de redes para a área informacional:

“Redes de Compatibilização da Informação (RCI) – incluem serviços e unidades de informação que reúnem seus catálogos em catálogos coletivos”;

“Redes de Processamento da Informação (RPI) – o cerne dessa rede é a catalogação cooperativa”;

“Redes de Serviços de Informação (RSI) – o principal objetivo da participação na rede é o empréstimo entre bibliotecas e a comutação bibliográfica”;

“Redes de Informação Especializada (RIE) – fazem parte dessa categoria redes que tratam de um ramo específico, dentro de uma área do conhecimento, e desenvolvem atividades diferenciadas, oferecendo serviços

com valor agregado. O principal serviço prestado por esse tipo de rede é o de indexação e resumos”;

“Redes de Informação Digital (RID) – distinguem-se por utilizarem amplamente os recursos da Internet e, na maioria das vezes, oferecem a informação ou o documento, ao invés de apenas sua localização”.

Portanto, para (OLIVEIRA, 2012, p. 40) as redes:

[...]podem ser encaradas como veículos propulsores da inovação, sendo desencadeadoras de transformações pessoais, profissionais, organizacionais, econômicas e sociais, permitindo, inclusive, o fortalecimento de áreas do conhecimento e a otimização de processos de trabalho.

E finalizando, “para que se entenda melhor esse processo, vale a pena focar os processos de cooperação, colaboração e compartilhamento, que costumam permear o trabalho em rede” (OLIVEIRA, 2012, p. 40).

3.4.1 Vantagens da cooperação

Alguns autores como Campello (1986), Lancaster (1996), Viana (2000) e Jasmen (1998) discutem e destacam pontos de vantagens em relação ao compartilhamento de acervos, dando destaque a alguns mais importantes como (Amaral; Brito; Calabrez; 2013):

- a) possibilita uma maior racionalização do uso das verbas para aquisição;
- b) aumenta o universo de publicações disponíveis aos usuários;
- c) permite acesso a um volume maior de informações;
- d) promove a otimização da pesquisa científica, ao oferecer subsídios de informação para aquisição e transmissão do conhecimento.

Para Figueiredo (1999 *apud* Amaral; Brito; Calabrez; 2013)

[...]a cooperação é um acontecimento inevitável no futuro das bibliotecas, não é mais uma atividade que as bibliotecas possam escolher participar, pois não se concebe mais uma biblioteca atuando isoladamente. Pode-se dizer que, na verdade, não deve existir a ideia de ‘uma biblioteca’, mas sim ‘a biblioteca’, ou seja, a fusão de todas por intermédio da cooperação.

3.4.2 Comutação Bibliográfica (COMUT)

A comutação bibliográfica é uma ferramenta de suma importância no atual cenário tecnológico em que vivemos. Com os avanços nas redes de computadores, a disponibilidade e a cobertura, a rapidez de acesso e a eficácia de acesso às referências bibliográficas, viabilizam o alcance da informação onde quer que o usuário esteja. O empréstimo entre bibliotecas foi definido por PENA (1957: 12) como:

[...]a transação mediante a qual as bibliotecas, dentro de certas restrições, emprestam entre si material bibliográfico para satisfazer o interesse de certos leitores, que, por diversos motivos, não podem consultar diretamente as bibliotecas que possuam as obras de que necessitam para seus estudos e trabalhos.

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008), comutação bibliográfica por pacotes se define por:

Técnica mediante a qual se distribuem dinamicamente os recursos de comunicação às entidades múltiplas que realizam a comunicação. As mensagens entre essas entidades são divididas em segmentos, chamados pacotes, os quais passam através de uma rede de comunicação para o armazenamento e envio até que alcancem o seu destino. Os pacotes são novamente reunidos formando uma mensagem similar ao original, quando alcançam seu destino.

A definição dada por Campelo (1986, *apud* Amaral; Brito; Calabrez; 2013, p. 4) que entende a expressão empréstimo-entre-bibliotecas como "o ato de uma biblioteca ceder indiretamente a um indivíduo, através de outra biblioteca, materiais de seu acervo. Isso pode ser feito pelo empréstimo do próprio original ou de reprodução dele", se mantém atual independente da época ou das tecnologias envolvidas como suporte da informação.

Uma das melhores justificativas para a comutação bibliográfica, é a crescente produção de títulos, que não necessariamente precisa ser adquirido por todas as bibliotecas da rede, e por sua vez, a economia, pois as instituições com menor orçamento não ficam desprovidas dos títulos que por ventura não possam adquirir.

Para atender esta demanda Amaral, Brito e Calabrez (2013, p. 5) afirmam que:

Em 1980, por meio da Portaria de 05/08/1980 do Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi instituído o COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica), vinculada à Coordenação do Desenvolvimento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), reunindo como integrantes as bibliotecas e centros de documentação ligados ao MEC.

Seus objetivos, segundo o COMUT (2013), são:

facilitar o acesso aos documentos requeridos nas tarefas de pesquisa, ensino e gerenciamento, independentemente de sua localização, sob a égide de um sistema de comutação bibliográfica descentralizado; desburocratizar o processo administrativo e contábil nas transações de compra e venda de cópias de documentos; contribuir para o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa, criando condições para a transferência e uso cooperativos de informações interdisciplinares armazenadas nas instituições depositárias dos acervos bibliográficos; apoiar a Biblioteca Digital Brasileira, criada no âmbito do Ibict, no fornecimento de cópias de documentos disponibilizados nas Bases de Dados; garantir a obtenção de cópias de documentos em texto completo oferecidos, mediante pagamento, através da Internet.

Amaral, Brito e Calabrez (2013, p. 6) descrevem que:

O COMUT funciona como uma rede, cujas bibliotecas-base constituem os elementos de sustentação da rede, são as instituições com acervo mais adequado para o atendimento de demandas em uma ou mais áreas de assunto e com infraestrutura de instalações, equipamentos para reprodução de documentos e pessoal (CAMPELO, 1986). As coleções das bibliotecas-base são divulgadas por intermédio do Catálogo Coletivo Nacional (CCN) disponibilizado pelo IBICT (Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica) e o pagamento é realizado por meio de cupons pré-pagos, correspondentes a uma ou mais páginas reproduzidas. Atualmente, o COMUT funciona com a filosofia do auto-atendimento de seus usuários, por meio de interfaces gráficas o usuário gerencia todos os seus procedimentos relacionados a solicitação e obtenção do material bibliográfico desejado.

Para participar dos benefícios do serviço, o usuário deve cadastrar-se no programa via *Internet*. Após esta etapa, o usuário pode solicitar cópia de periódicos, teses, anais de congresso, relatórios técnicos, e parte de documentos, que estão disponíveis nas principais bibliotecas nacionais e também em serviços de informação internacionais, dirigindo-se a uma biblioteca pertencente a rede COMUT, que funciona como intermediária, a qual realiza todos os procedimentos de solicitação.

O usuário receberá o bônus COMUT, que é o mecanismo de pagamento pelas cópias solicitadas, será adquirido via Internet, em forma de boleto bancário. Os principais objetivos do COMUT são: permitir a obtenção de cópias de documentos

técnico-científicos disponíveis nas principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacional.

Outra grande vantagem deste recurso é a possibilidade de se ter acesso a obra desejada sem a necessidade de se deslocar ao local em que a obra está presente. Através dos catálogos online, é possível se verificar a disponibilidade do material e ainda solicitar uma reserva ou empréstimo, “porém, o acesso ao documento primário não se encontra na mesma situação, já que as pressões econômicas têm obrigado as bibliotecas a reduzirem suas aquisições” (JESUS; GOMES, 2001, *apud* AMARAL; BRITO; CALABREZ; 2013. p. 3). E para o caso de disponibilidade deste material em suporte digital, a comodidade se torna ainda maior, podendo acessar seu conteúdo do local que lhe for melhor conveniente.

Algumas explicações e argumento em prol do compartilhamento de acervos são mencionados por Silva (2001):

- a) Crescimento da informação produzida no mundo;
- b) Custo da aquisição e armazenamento dos documentos;
- c) Necessidade de o usuário ter acesso rápido à informação;
- d) Mudança de paradigma da obtenção da informação;
- e) Preferência da busca da informação em artigos de periódicos.

De acordo com Amaral, Brito e Calabrez (2013):

A principal competência das bibliotecas é fornecer serviços de informação compatíveis com as necessidades dos usuários. Nesse contexto, é visivelmente impossível para uma biblioteca, por maior que seja e por maiores recursos que tenha ao seu dispor, acompanhar o fluxo sempre crescente de novas publicações, ou adquirir todas as obras respectivas que são necessárias para abranger de forma ampla todos os campos do conhecimento. Ademais, os custos crescentes e os orçamentos minguantes servem para agravar as condições em que muitas bibliotecas operam.

Com isso, o que percebemos é a necessidade e o papel primordial que a biblioteca tem neste processo de crescimento intelectual dos indivíduos que a procuram. O serviço de cooperatividade no compartilhamento de acervos, torna-se

uma ferramenta imprescindível de acesso a informação e ao conhecimento pelas PDVs.

3.4.3 Os catálogos automatizados

De acordo com (UMPIERRE; FAVARETTO; SILVA, 2006, p. 113),

Os catálogos automatizados sempre foram apontados como o melhor caminho para a pesquisa e disseminação do acervo existente em bibliotecas. [...] seu uso deixou de ser apenas um recurso informacional e passou a ser utilizado também, como ferramenta de intercâmbio de informações.

O que influenciou diretamente em tarefas técnicas como catalogação e indexação entre bibliotecários de diferentes instituições. Esta concepção “tornou possível a migração de informações contidas em fichas impressas para o meio eletrônico, viabilizando o cruzamento de dados para recuperação dos registros” (UMPIERRE; FAVARETTO; SILVA, 2006, p. 113).

Umpierre; Favaretto; Silva, (2006, p.113) defendem ainda que os catálogos automatizados são um recurso extraordinariamente eficiente para pesquisa em acervos de bibliotecas. Porém, seu uso ainda está muito limitado a consulta dos acervos físicos de uma biblioteca específica ou da própria rede da instituição. Quando a política de pesquisa se restringe somente ao acervo local, a biblioteca deixa de expandir os resultados de pesquisa para os seus usuários, por deixar de realizar a conexão e a busca em catálogos de outras bibliotecas da mesma especialidade.

Daí, diante dessas limitações, a necessidade de modernização dos catálogos das bibliotecas informatizadas se torna mais urgente, pois fornece aos usuários a possibilidade de pesquisa em catálogos muito mais abrangentes, e por consequência, favorece a disponibilidade de resultados de busca mais amplos.

Pelo fato da produção editorial brasileira estar crescendo em uma escala bem considerável, conforme listada abaixo na **Tabela 1**, as universidades em especial, acabam optando por adquirir apenas os títulos essenciais para complementar o aprendizado dos alunos em sala de aula, e outro fato que é levado em conta e a dificuldade financeira ou a dificuldade de acompanhar os lançamentos dos títulos.

Outro problema sério sofrido pelas bibliotecas universitárias é a necessidade de ampliação do espaço físico para absorver o acervo, sendo necessária também uma política de descarte para a retirada de materiais obsoletos, abrindo assim, espaço para incorporar novos conteúdos.

Realizada anualmente pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), fornece um panorama completo do mercado editorial no país.				
PRODUÇÃO (1º edição e reedição)			VENDAS	
Ano	Títulos	Exemplares	Exemplares	Faturamento (R\$)
1990	22.479	239.392.000	212.206.449	901.503.687
1991	28.450	303.492.000	289.957.634	871.640.216
1992	27.561	189.892.128	159.678.277	803.271.282
1993	33.509	222.522.318	277.619.986	930.959.670
1994	38.253	245.986.312	267.004.691	1.261.373.858
1995	40.503	330.834.320	374.626.262	1.857.377.029
1996	43.315	376.747.137	389.151.085	1.896.211.487
1997	51.460	381.870.374	348.152.034	1.845.467.967
1998	49.746	369.186.474	410.334.641	2.083.338.907
1999	43.697	295.442.356	289.679.546	1.817.826.339
2000	45.111	329.519.650	334.235.160	2.060.386.759
2001	40.900	331.100.000	299.400.000	2.267.000.000
2002	39.800	338.700.000	320.600.000	2.181.000.000
2003	35.590	299.400.000	255.830.000	2.363.580.000
2004	34.858	320.094.027	288.675.136	2.477.031.850
2005	41.528	306.463.687	270.386.729	2.572.534.074
2006	46.026	320.636.824	310.374.033	2.880.450.427
2007	45.092	351.396.288	329.197.305	3.013.413.692,53
2008	51.129	340.274.195	333.264.519	3.305.957.488,25
2009*	43.814	401.390.391	387.149.234	4.167.594.601,40
* A pesquisa divulgada em 2011, que afere o resultado de 2010, apresentou como novidade na sua metodologia, a realização de um Censo do Livro. Isso porque, em todo processo de inferência estatística, é recomendado que, de tempos em tempos, seja atualizado o universo da própria pesquisa. O censo foi realizado entre novembro de 2010 e abril de 2011 e afere o ano de 2009. Com o censo, os dados de 2009 foram reelaborados em 2010.				
2010	54.754	492.579.094	437.945.286	4.505.918.296,76
2011	58.192	499.796.286	469.468.841	4.837.439.173,32
2012	57.473	485.261.331	434.920.064	4.984.612.881,04
2013	62.235	467.835.900	479.970.310	5.359.426.184,63
2014	60.829	501.371.513	435.690.157	5.408.506.141,17

Tabela 1: Levantamento de títulos e exemplares produzidos no Brasil.

Fonte: <http://www.snel.org.br/dados-do-setor/producao-e-vendas-do-setor-editorial-brasileiro/>

Devido a amplitude dos acervos e o nível de informatização das bibliotecas universitárias, a expansão e a demanda de acesso à informação por seus usuários torna necessária a união dos catálogos através da *web*.

Umpierre, Favaretto e Silva (2006, p.113) falam ainda que:

[...]criação de conexões dinâmicas e que ofereçam aos pesquisadores a possibilidade de obter fontes de informação amplas, com acesso aos títulos adquiridos através de editoras e produções científicas de outras bibliotecas. Essas conexões poderiam expandir-se para redes cooperativas de troca de documentos, empréstimo entre bibliotecas e fornecimento de cópias.

As universidades particulares, com o intuito de atrair alunos e professores interessados em fazer parte de sua comunidade acadêmica, procuram cada vez mais apresentar melhores níveis de qualidade. Isso torna a realidade de um projeto visando um catálogo cooperativo entre estas instituições algo cada vez mais difícil de se concretizar, por existir uma concorrência entre elas. No entanto, ainda existem tentativas isoladas neste campo, o que sugere uma possível mudança neste quadro.

Umpierre, Favaretto e Silva (2006, p.114) completam citando que as universidades públicas, por não competirem entre si, tornam possíveis projetos com este viés, onde a “ampliação de seus catálogos potencializa as fontes de pesquisas necessárias aos seus usuários, tendo como vantagem ainda a superação dos obstáculos geográficos e financeiros”. Porém, o que mais se percebe no país, são iniciativas no sentido de compartilhamento acontecendo apenas na esfera privada.

3.4.4 Tecnologia da informação em bibliotecas deve ser visto como investimento ou despesa?

Segundo Umpierre, Favaretto e Silva (2006, p. 114), as “despesas estão associadas a gastos recorrentes, e os benefícios são imediatos e de vida curta”. Já os investimentos, são tratados como gastos menos frequentes, cujos benefícios estão associados a uma estratégia da empresa, e não ocorrem rapidamente.

Umpierre, Favaretto e Silva (2006, p. 114) dizem ainda que “a decisão de investimentos é normalmente mais complicada, não só por as quantias envolvidas serem maiores, em geral, como também pelo impacto que se pretende que tenham sobre o desempenho futuro da biblioteca.”

E completam que:

Quando uma decisão errada é tomada com relação a investimentos em bibliotecas universitárias, é possível que isso não seja detectado no curto prazo, e os danos provocados por maus investimentos, associados a estratégias equivocadas, podem ameaçar a evolução de uma biblioteca, no longo prazo (UMPIERRE; FAVARETTO; SILVA, 2006, p. 114).

Com isso, deve-se avaliar antes de qualquer modificação no projeto da biblioteca, quais são as reais necessidades dos usuários, se o espaço físico comporta alterações e avaliar os impactos que serão provocados nos serviços da biblioteca. Com isso, é possível fazer um balanço dos **benefícios x malefícios** em relação a investimentos relacionados à tecnologia da informação.

Uma das grandes vantagens da rede cooperativa de bibliotecas que possui um catálogo que permite o resgate de acervo de outras bibliotecas interconectadas, e a possibilidade de busca de fontes de referência independente de sua localidade no país.

3.4.5 O alcance dos catálogos informatizados nas bibliotecas.

Algumas bibliotecas, principalmente as universitárias, vivem em um grande paradoxo, pois segundo Umpierre; Favaretto; Silva, (2006, p.115) as mesmas “apresentam catálogos para pesquisa que contemplam todo o seu acervo através de sistemas dinâmicos e eficazes para a pesquisa local” e ao mesmo tempo “esta pesquisa virtual não abrange as conexões necessárias para encontrar um complemento para a pesquisa em outras bibliotecas.”

O potencial e a capacidade de gerenciamento das bases de dados acabam sendo inutilizados, deixando não somente a oportunidade de agilizar os processos técnicos nas bibliotecas, mas também deixam de lado a troca de informações e a aquisição de novos títulos.

De acordo com Umpierre, Favaretto e Silva (2006, p.115), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) “vem realizando estudos e disponibilizando tecnologia voltada para a integração e coleta automática de dados, tentando realizar a interoperabilidade dos sistemas de informação” entre as

Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, onde, já são disponibilizadas teses e dissertações, e estimular a publicação destas em meios eletrônicos. Umpierre, Favaretto e Silva (2006, p.115) dizem ainda que “parte deste projeto, visa trabalhar com tecnologia aberta (*open source*)” onde a principal ideia é a criação de um catálogo nacional cooperativo.

O sistema UninibliWEB², fruto do projeto CRUESP (Catálogo cooperativo entre a USP, Unicamp e a Unesp) e a Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional – RVBI³, permite o acesso ao acervo de 15 bibliotecas federais e de alguns órgãos do Distrito Federal, e permite ainda o acesso ao catálogo de pesquisa do Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, realizando uma ligação com as doutrinas existentes nas bibliotecas com legislação relacionada, mostrando que está realidade já é possível de acontecer no Brasil.

Outro exemplo é a biblioteca digital da CVA-RICESU⁴ (Comunidade Virtual de Aprendizagem da Rede das Instituições Católicas de Ensino Superior), que reúne em um único portal de pesquisa, as bibliotecas digitais da rede de universidades católicas, permitindo o acesso às dissertações, teses e artigos publicados pelas instituições participantes.

Temos por fim, uma iniciativa coordenada pelo IBICT. O Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas – CCN, que se trata de uma rede cooperativa de unidades de informação localizadas no Brasil, tendo como objetivo, reunir em um único Catálogo Nacional de acesso público, informações sobre publicações periódicas técnico científicas em centenas de catálogos distribuídos nas diversas bibliotecas do país.

Segundo Umpierre, Favaretto e Silva, (2006, p.115), em termos internacionais, existem iniciativas como:

² <http://www.cruesp.sp.gov.br/>

³ http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/rvbi_historico.asp 3

⁴ <http://www.unicap.br/Arte/>

“Rede de Bibliotecas Universitárias-REBIUN⁵, que permite busca unificada em 61 bibliotecas universitárias espanholas”;

“*Oxford Libraries Information System-OLIS*⁶, administrado pela *Oxford University*, atualmente com 101 bibliotecas cooperantes”;

“*OhioLink and Information Network*⁷, que agrupa 17 bibliotecas de universidades públicas, 23 comunidades de escolas técnicas, 44 escolas particulares e a biblioteca do estado de Ohio”;

“*Catalogue collectif de France-CCFr*⁸, que oferece acesso unificado a 3 grandes bases: da Biblioteca Nacional da França, de 130 bibliotecas universitárias e 60 bibliotecas municipais ou especializadas”;

“Base Nacional de Dados Bibliográficos-PORBASE⁹, catálogo em linha das contendo a coleção da biblioteca nacional e de mais 150 bibliotecas portuguesas”.

Sendo que destas, somente a *OhioLink and Information Network* fornece opções de acessibilidade em seu sítio.

Os conceitos e os serviços que são fornecidos pelas redes de bibliotecas, demonstram mais ainda as grandes possibilidades que ainda podem ser exploradas em relação aos serviços cooperativos, e unindo isto as tecnologias voltadas para a produção de material acessível e adaptado às PDV, as limitações relacionadas as barreiras de acesso a informação podem começar a ter um quadro positivo de mudanças.

⁵ <http://catalogo.rebiun.org/rebiun/>

⁶ <http://www.bodleian.ox.ac.uk/bdlss/olis-ils>

⁷ <http://www.ohiolink.edu>

⁸ <http://ccfr.bnf.fr/portailccfr/jsp/portal/index.jsp?success=/jsp/portal/index.jsp&profile=anonymous>

⁹ <http://www.porbase.org/>

4 METODOLOGIA

A pesquisa teve início com uma revisão de literatura sobre os aspectos centrais da temática, objetivando a ampliação do embasamento teórico sobre redes de bibliotecas, trabalho cooperativo, colaborativo, compartilhamento de informações e produção de acervo. Também foram estudados temas como as relações entre a Legislação Brasileira para as Pessoas com Deficiência Visual e as Políticas Públicas para a Educação, a aplicação das Redes de Bibliotecas em unidades de informação, tecnologias da informação e da comunicação como ferramentas para a comunicação remota, para a colaboração e o compartilhamento de informações e de acervos nesse contexto.

O levantamento bibliográfico teve origem com pesquisa em base de dados de referência nacional, o *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha) – Scielo. Posteriormente, buscou-se referências em bases internacionais, como a *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (Biblioteca Digital em Rede de Teses e Dissertações) – ND LTD, não havendo restrições em relação a data de publicação dos artigos e abrangendo os seguintes idiomas: espanhol, inglês e português.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD foi a principal fonte para a localização de teses e dissertações que contemplassem os temas em estudo. Também foram fontes de referências os anais de encontros de destaque na área de Ciência da Informação, como o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, anteriormente Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, e o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e Ciência da Informação – CBBD, denominado por alguns anos Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

A dissertação de Caroline Brito de Oliveira (2012), Tânia Mara Dias (2008), e Tania Milca de Carvalho Malheiros (2009) e suas bibliografias foram de importância para o tema de Redes de Bibliotecas e temas relacionados as pessoas com deficiência visual. Panoramas e perspectivas sobre as redes de bibliotecas e seus serviços puderam ser encontradas em revistas especializadas da área como: Revista ACB:

Biblioteconomia em Santa Catarina, Informação e Sociedade, Perspectivas em Ciência da Informação e o Seminário Nacional de Bibliotecas Braille.

Sobre a temática cooperação entre bibliotecas, destaca-se como de extrema importância para o embasamento teórico da pesquisa o artigo e suas referências: *Catálogos Virtuais das Bibliotecas Universitárias No Brasil: realidade e perspectivas para a criação de uma rede cooperativa nacional*.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.157), “Técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte técnica. ”

Desta forma, foi selecionada como técnica de pesquisa a documentação indireta, por ter como característica principal “o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.157), tendo como fonte utilizada a pesquisa documental, que é a fonte restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser realizadas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre ou depois.

As fontes dos documentos foram:

- Arquivos Públicos:
 - Documentos oficiais, tais como leis;
 - Publicações parlamentares, como documentos, projetos de lei, debates, projetos de decretos.

- Arquivos Particulares:
 - Instituições de ordem privada, como a Fundação Dorina Nowill e o Instituto Benjamin Constant.

- Fontes Estatísticas:
 - IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para a coleta de características da população de pessoas com deficiência visual relacionadas a escolaridade.

Este trabalho classifica-se como uma pesquisa na qual foi utilizado como método de abordagem, o dedutivo, pois segundo descreve Andrade (2010, p.119):

A dedução é o caminho das consequências, pois uma cadeia de raciocínio em conexão descendente, isto é, do geral para o particular, leva a conclusão. Segundo esse método, partindo-se de teorias e leis gerais, pode-se chegar à determinação ou previsão de fenômenos particulares.

E o método comparativo, pois como afirma Andrade (2010, p.121):

Este método realiza comparações com a finalidade de verificar semelhanças e explicar divergências. Ele é utilizado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento.

5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada com base nas documentações e bibliografias pesquisadas, e teve como complemento também informações contextualizadas retiradas dos sites de instituições especializadas em acervos destinados as PDV.

Ao se analisar as legislações para as PDV, o que se percebe é que existem amparos muito bem estruturados e direcionados, como leis em relação a acessibilidade, educação e acesso a informação, porém a execução da legislação ainda é bem precária.

Isso se torna bastante evidente em relação as políticas públicas hoje executadas no Brasil, que apesar de investir em tecnologias como o MecDaisy, software esse que permite a leitura de livros em formato digital, ainda não conta com estruturas educacionais e informacionais adaptadas, bem equipadas e principalmente com profissionais capacitados para o atendimento das PDV.

O Tratado de Marraqueche, apesar de ter sido apoiado inicialmente pelo Brasil e por outros países da América Latina, ainda não obteve muito êxito em sua votação do Decreto Legislativo nº 347/2015 no Senado Federal. Ainda estão sendo analisadas questões como o impacto financeiro aos autores e editoras e viabilidade técnica para a disponibilização dos títulos, pois o objetivo principal deste Tratado é disponibilizar

obras internacionais e nacionais entre os países participantes, fator este que também colabora de forma bem expressiva para o acesso as obras em Braille e livros-falados em outras línguas.

O Brasil hoje convive com a realidade preocupante em relação a produção de títulos direcionadas às PDV. Esse fato foi comprovado através de um contato realizado com a SNEL, que por sua vez, nem possuía dados a respeito da produção de títulos voltada para este fim.

É uma realidade também, que o custo para a produção de obras em Braille e em áudio-livro ainda é bem elevado, e é levado em conta também o fato de não haver mão de obra suficiente para a confecção deste tipo de suporte. Por este motivo, não há grande interesse comercial por parte das editoras em lançar títulos em paralelo no formato acessível para leitura das PDV, pois mesmo sabendo das barreiras encontradas pelas PDV, a demanda de mercado acaba não trazendo os lucros almejados, tornando o custo de produção ainda mais elevado.

Uma das maiores editoras de obras em Braille da América Latina, a Fundação Dorina Nowill, têm o apoio de grandes instituições privadas do país, e mesmo assim, ainda não consegue acompanhar a forte demanda de produção de títulos, pois a crescente produção editorial do país se fortalece a cada ano, principalmente por contar hoje com a venda de livros em recursos eletrônicos como internet.

Para auxiliar esta demanda, um viés que é interessante ser analisado, é a atividade de cooperação de acervos nas redes de bibliotecas, que é um grande aliado neste aspecto, pois os serviços oferecidos na digitalização e na gravação de livros falados realizados em diferentes lugares, podem alimentar simultaneamente uma só base de dados, e se realizado em parceria entre iniciativas públicas e privadas, tendem a mudar consideravelmente este quadro no país.

Estas redes já são viabilizadas em parcerias hoje realizadas por Bibliotecas das Universidades Federais e Estaduais de São Paulo, junto a órgãos federais como o Senado Federal e outras instituições jurídicas. O IBICT também já possui projeto

semelhante voltado para a área técnico-científica, mostrando que é possível consolidar uma ação nacional para um catálogo online.

As redes de bibliotecas são ferramentas muito importantes no processo de difusão de informação. O que é possível também notar, é que a suas utilidades e serviços ainda não são completamente exploradas pela ausência de comunicação entre as instituições que tem a mesma missão em comum.

O trabalho realizado por instituições privadas como a Fundação Dorina Nowill e o Instituto Benjamin Constant, sendo feitos em parcerias com trabalhos realizados em instituições públicas como a Biblioteca Digital e Sonora (BDS) da Universidade de Brasília (UnB) e outras universidades do país, sejam elas, na gama privada ou pública podem ser fatores determinantes para a melhoria do acesso a informação pelas PDV.

6 CONCLUSÃO

Este capítulo descreve as conclusões desta pesquisa em relação aos objetivos previstos e descreve também alguns pontos de vista que se deram na análise dos dados sobre o tema principal deste trabalho.

Os objetivos específicos foram apontados através das pesquisas obtidas nas fontes bibliográficas e documentais, sendo confrontadas com o contexto atual e com o resultado da análise de cada objetivo específico.

O objetivo de verificar as políticas públicas para pessoas com deficiência visual (PDV) foi atingido de forma satisfatória, e nas pesquisas realizadas em cartilhas do Governos, foram encontradas poucas políticas destinadas a disponibilidade de informação com conteúdo educacional direcionado aos ensinos fundamental, médio e superior. Apesar do investimento em um software para leitura de livros em formato digital, o investimento em infraestruturas de salas de aula, bibliotecas e de profissionais da educação e informação para o auxílio das PDV, ainda é muito precário. As escolas e universidades ainda estão longe do ideal para o atendimento das necessidades

informativas e educacionais dos brasileiros com estas necessidades especiais.

No **objetivo de estudar os direitos de acesso a informação e a educação para as PDV** foi possível verificar os direitos garantidos às PDV, onde se percebe que são muito bem formuladas e abrangem uma gama excelente de garantias, porém, a realidade é que as leis não são executadas. Exemplo disso são a ausência de pisos táteis, avisos em Braille em escadas, avisos sonoros dentre outros, o que leva ao ponto dos direitos relacionados a educação.

Este privilégio ainda é uma enorme barreira para as PDV, pois as infraestruturas educacionais e informativas ainda deixam muito a desejar. São necessárias pessoas treinadas para o atendimento as PDV e laboratório e salas de aula adequadas para as suas necessidades. As políticas e as legislação existem, e são muito bem elaboradas, mas a execução das ações ainda deixa muito a desejar, mostrando que ainda existe uma discriminação muito forte da sociedade como um todo.

Em relação aos direitos autorais, o Brasil já possui políticas interessantes, e com a iniciativa de participação no Tratado de Marraqueche, que visa ampliar a política de isenção dos direitos autorais a uma esfera mundial, as PDV podem vir a ter acesso a informações jamais imaginadas, o que irá contribuir de forma bem relevante em sua educação.

O **objetivo de descrever os serviços cooperativos das redes de bibliotecas**, foi sem dúvida o segmento mais benéfico desta pesquisa, pois o conceito de redes de bibliotecas já traz em si o conceito de cooperação. As redes de bibliotecas têm importância crucial no que diz respeito ao acesso a informação, pois as bibliotecas como “guardiãs da informação”, tem como principal missão a transmissão do conhecimento.

Os trabalhos cooperativos realizados têm como principais vantagens, o processo técnico simultâneo realizado pelos bibliotecários, os catálogos *on-line*, que permitem o acesso de onde quer que o usuário esteja, caso ele possua

conexão com a *internet*, o benefício da cooperação e de empréstimos, de disponibilização de acervos digitais e assim, por consequência, geram economia financeira por não necessitar de adquirir títulos presentes em outras bibliotecas da rede, e evita o retrabalho disponibilização duplicada de um mesmo título.

Por fim, tendo como **objetivo geral identificar estratégias que podem ser utilizadas para disponibilização de acervo para pessoas com deficiência visual nas bibliotecas**, foi possível concluir que para que a disponibilização de títulos para as pessoas com deficiência visual depende somente das seguintes etapas:

- a) Atitudes mais efetivas do governo em relação ao desenvolvimento e aplicação de políticas públicas direcionadas as pessoas com deficiência visual, principalmente em níveis infra estruturais e educacionais.
- b) Uma prática de incentivo fiscal e investimentos em parcerias com as editoras nacionais, dando benefícios para que elas contribuam na produção de títulos em formatos acessíveis.
- c) Investimentos com parcerias entre as iniciativas públicas e privadas para incentivo e apoio a instituições cujo o intuito seja a produção e disseminação de obras para as pessoas com deficiência visual.
- d) Investimento público e privado em salas e laboratórios adaptados com computadores e sistemas adequados para a leitura de livros para as pessoas com deficiência visual.
- e) Investimento dos setores públicos e privados para a estruturação de redes de bibliotecas em universidades públicas e privadas, podendo assim, compartilhar serviços bibliotecários e acervos para as pessoas com deficiência visual através de catálogos on-line.

Algumas perspectivas de planos para trabalhos futuros podem ser direcionados na ampliação de serviços como o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (IBICT) e do sistema UninibliWEB (Catálogo cooperativo entre a USP, Unicamp e a Unesp) em conjunto com atividades como as realizadas na Biblioteca Digital e Sonora (BDS) da Universidade de Brasília.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Roniberto Morato do; BRITO, Aline Grasielle Cardoso de; CALABREZ, Ana Paula Aparecida. Cooperação e intercâmbio em bibliotecas universitárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** p. 15 , 2013. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1618>>. Acesso em: 28 out. 2015.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico** : elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. COMISSÃO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL. **Projeto de Decreto Legislativo n.º 347, de 2015**. Brasil. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=19764&seqPaginaInicial=222&seqPaginaFinal=241>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência** : uma análise a partir das conferências nacionais. Brasília, 2012. p. 65. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-avancos-politicas-publicas-pcd.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. **Diário Oficial da União**. Brasília: Imprensa Nacional, 2015. p. 4. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/07/2015&jornal=1&pagina=4&totalArquivos=72>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Brasil. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 09 Set. 2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Brasil. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 09 Set. 2015.

CONFERÊNCIA DIPLOMÁTICA DE MARRACHE, 2013, Marraqueche, Marrocos. **Tratado de Marraquexe** – Tratado que facilita, às pessoas com incapacidade visual e às pessoas com dificuldade para aceder ao texto impresso, o acesso às obras publicadas. Marrqueche: Organização Mundial de Propriedade Intelectual, 2013. Disponível em: <<http://www.acessibilidade.gov.pt/publicacoes/tratado-de-marraquexe>>. Acesso em: 14 Set. 2015.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordelia R. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos, 2008.

DIAS, Tânia Mara. **Bibliotecas Virtuais/Digitais** - suas ferramentas e contribuições na educação superior - o caso da PUCPR. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2008. 124 p. Disponível em:

<http://www.biblioteca.pucpr.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1149>. Acesso em: 21 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Inclusão social da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença**. 1. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008. 312 p. Disponível em: <<http://www.ibdd.org.br/arquivos/inclusaosocial.pdf>>. Acesso em: 29 Out. 2015

MALHEIROS, Tania Milca de Carvalho. **Estudo do usuário deficiente visual e subsídios para uma política de desenvolvimento de coleções da biblioteca central da Universidade de Brasília**. Universidade de Brasília, 2009. 94 p. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/701>>. Acesso em: 06 set. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo : Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Caroline Brito de. **Cooperação , compartilhamento e colaboração na rede de bibliotecas e centros de informação em arte no estado do Rio de Janeiro - REDARTE / RJ**. Universidade Federal Fluminense, 2012. 151 p. Disponível em: <http://redarterj.com/wp-content/uploads/2013/03/Caroline_Ciclo-de-Palestras_Redarte.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. **Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiências**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)/Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência, 2012. 32 p. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Convenção de Berna para a proteção das obras literárias**. 1975. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/cv_berna.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier de; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Inclusão social da pessoa com deficiência: conquistas, desafios e implicações para a enfermagem. **Rev. Esc. Enferm. USP**. 2009, vol. 43, nº1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43n1/23.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2015.

PENA, Odete O. **Empréstimo entre bibliotecas**. IBBD Boi. Informativo, Rio de Janeiro, 3 (5/6), set./dez. 1957.

REDE DE BIBLIOTECAS. In: UNIVERSA ESPAÑA. Espanha. Disponível em: <<http://biblio.universia.es/catalogos-recursos/redes-de-biblioteca/>>. Acesso em: 01 Nov. 2015.

SANTOS, Gildenir Carolino; AMARAL, Sérgio Ferreira do. Rede de conhecimento

digital (BEDnet): metodologia para a construção da rede de bibliotecas escolares digitais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação** v. 2, n. 1, p. 57–82, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/8336>>. Acesso em: 26 out. 2015.

SANTOS, Talianne Rodrigues *et al.* Políticas Públicas Direcionadas às Pessoas com Deficiência: Uma reflexão crítica. **Revista Ágora** v. 1, n. 15, p. 210–219, 2012. Disponível em: <periodicos.ufes.br/agora/article/download/4223/3330>. Acesso em: 19 out. 2015.

SILVA, T. **Compartilhar é a solução**. Nova Friburgo – RJ: UERJ – Instituto Politécnico, 2001.

SILVA, Karolina Vieira Da. **A inclusão digital e as dificuldades do acesso à informação para pessoas com deficiência visual**. Universidade de Brasília, 2010. 156 p. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1220/1/2010_KarolineVieiraSilva.pdf>. Acesso em: 08 set. 2015.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. **Redes de bibliotecas**. 2012. Disponível em: <http://semesp1.tempsite.ws/semesp_beta/sinjuris870/>. Acesso em: 18 nov. 2015.

SOBRE O COMUT. Disponível em: <http://comut.ibict.br/comut/help/ajuda.jsp?link=ajuda.html%23_Toc59336939>. Acesso em: 19 out. 2015.

TEIXEIRA, Marina Codo Andrade. **Políticas Públicas para pessoas com deficiência no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas Escola, 2010. 1-131 p. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4778/61080100037.pdf?sequen>>. Acesso em: 19 out. 2015.

TRATADO DE MARRAQUEXE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Tratado_de_Marraquexe&oldid=43867453>. Acesso em: 20 set. 2015.

UMPIERRE, Ana Glenyr de Godoy; FAVARETTO, Betânea; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. Catálogos virtuais das bibliotecas universitárias no Brasil: realidade e perspectivas para a criação de uma rede cooperativa nacional. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 16, n. 1, p. 113–120, 2006. Disponível em: <www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/446/1498>. Acesso em: 13 out. 2015.

VALERA OROL, Concha Varela; GARCIA MELERO, Luis Angel; GONZALEZ GUITIAN, Carlos Gonzalez. Redes de bibliotecas. **Boletín de La Anabad**, A Coruña, v. 38, n. 1-2, p. 215-242, 1988.